

# A DEMOCRACIA NO BRASIL: elementos norteadores do debate desenvolvido na segunda metade do século XX.

Maria José de Rezende

*Profª do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina*

resumo

Este artigo mapeia as principais discussões acerca da democracia no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Percorreu-se, assim, o debate que floresceu, principalmente, entre 1946 e 1964 e entre 1973 e 1984, tendo em vista que durante a primeira década pós-golpe o grupo de poder da ditadura militar quase que monopolizou o uso da palavra democracia.

Palavras-Chave: Democracia, Brasil, autoritarismo, transição, abertura.

## 1- Democracia de massa: elementos básicos de um debate.

N a segunda metade da década de 1940 e durante a década de 1950 assistia-se a um amplo debate sobre democratização. Francisco Weffort, (WEFFORT, 1978) fez uma análise daquele período num artigo escrito em 1963, e afirmava que a democracia se defrontava, no pós-guerra, com o desafio de toda democracia burguesa: incorporar a massa trabalhadora<sup>1</sup> no processo político. E isto devia-se à enorme pressão desta última sobre a estrutura do Estado.

Weffort esclarece, neste artigo, que “não é a redemocratização que vai provocar, em 1945, a emergência política das massas. A importância das

formas democráticas está em que legalizam, embora de maneira restrita, a possibilidade de que as insatisfações populares alcancem, com certa autonomia, o poder e interfiram em uma condição tão politicamente passiva como a que se observa no período da ditadura”.(WEFFORT, 1978, p.18) Ao analisar a questão da democracia brasileira, ele afirmava, em artigo de 1965, que a democracia de massa que toma fôlego a partir de 1945 diferia de qualquer outra democracia ocidental à medida que “o Estado se apresenta de maneira direta a todos os cidadãos. Com efeito, todas as organizações importantes que se apresentam como mediação entre o Estado e os indivíduos são, em verdade, antes anexos do próprio Estado que órgãos efetivamente autônomos.” (WEFFORT, 1978, p.53).

A democratização brasileira ganhava um perfil singular à medida que ia se definindo a partir de relações que teriam seus fundamentos na massa e nas lideranças populistas, afirmava Weffort. No entanto, não seria possível entender esse tipo de democratização sem levar em conta as especificidades das condições sociais daquele período que gerou e deu vida ao populismo.

<sup>1</sup> Sobre a democracia no período de 1945 a 1964, ver também: CAMPELLO DE SOUZA, M.C. A democracia populista (1945/1964): Bases e limites. In ROUQUIE, A. et. al. (orgs). **Como renascem as democracias**. São Paulo, Brasiliense, 1985. p.73/103. LAMOUNIER, B. Apontamentos sobre a questão democrática. In ROUQUIE, op. cit, p.104/40.

A constituição democrática de 1945 legalizava de forma restrita, dizia ele, as insatisfações das massas.<sup>2</sup> Desta maneira, este período podia ser considerado uma democracia de massa à medida que “o povo pode influir - e efetivamente o faz, ainda que apenas indiretamente, na composição de forças ao nível das elites e em sua renovação”. (WEFFORT, 1978, p.18)

Para Weffort, o fato marcadamente importante é que, a partir de 1945, a democracia vai deixando de ser somente uma formalidade como tinha sido até 1930. Seria esta a nossa revolução democrática, mesmo com suas limitações, impossibilidades e especificidades. No entanto, “diante desta democracia que buscava raízes nas massas, a classe média tradicional desesperou-se. Marginal na Velha República apoiada na grande propriedade da terra, marginal nesta democracia que busca apoio nas massas - a classe média nunca encontrou o terreno adequado para a democracia pura de suas pretensões aristocráticas.” (WEFFORT, 1978, p.22)

A democracia de massa, no entanto, encontrava-se presa, argumentava Weffort, a um emaranhado de compromissos sobre os quais o Estado se apoiava. Mas a democracia era real, segundo ele, em vários sentidos. Dentre eles, o mais importante era o de que a massa participava<sup>3</sup> do jogo político e confirmava-o, dando-lhe legitimidade.

Celso Furtado afirma que, sob uma perspectiva ampla, “o traço mais significativo do período que se inicia em 1930 é o esforço na busca de um compromisso entre a democracia formal (exigida pela classe média) e um controle suficientemente amplo do poder pela oligarquia de base latifundiária.” (FURTADO, 1979, p.10)

No entanto, “o processo político, que havia sido aberto às classes médias, era perturbado pela presença de massas não estruturadas que, sob lideranças improvisadas ou oportunistas, passaram a arbitrar as eleições nas zonas urbanas. Desta

forma, o ‘populismo’ tanto pode ser interpretado como consequência do atraso com que se introduziu a democracia formal, atraso esse que impediu as classes médias de introduzirem metodicamente um sistema de controle político das massas urbanas, como pode ser explicada pela resistência com que a classe dirigente (grupos oligárquicos e de classe média) se opôs à organização das massas em torno de movimentos capazes de traduzir de forma autêntica os seus anseios.” (FURTADO, 1979, p.11)

Maria do Carmo Campello de Souza, no artigo intitulado A democracia populista 1945/1964: bases e limites (CAMPELLO DE SOUZA In ROUQUIÉ, 1985) destaca a impossibilidade de considerar este período como uma democracia de massa. Segundo ela, basta observar os dados sobre a participação eleitoral que era baixíssima (37% em 1950, por exemplo); a qual era a única forma de poder político disponível à grande maioria. Isto seria o suficiente para concluir que aquele período não pode ser considerado uma democracia de massa.

Ressalte-se que a análise da última autora citada está centrada na nossa extrema dificuldade de criar as bases para a institucionalização política. O populismo e o clientelismo seriam fruto deste processo bem como a impossibilidade de se atender às exigências de uma democracia de massa.

A diferença entre a sua perspectiva e a de Weffort está, a grosso modo, na forma de apreensão do processo político no período populista. Para Weffort, a massa popular mobilizada participava, enquanto grupo, do poder e pressionava a estrutura institucional. Assim, ele considerava este momento uma democracia de massa na medida em que “os interesses populares passam a contar e o regime, de uma forma ou de outra, deve atendê-los”. (WEFFORT, 1978, p.22)

## 2- Democracia, nacionalismo, antinacionalismo e desenvolvimentismo.

Daniel Pécaut afirma que no final da década de 1940 e início da década seguinte, diversos intelectuais, por exemplo, “defendiam a democracia

<sup>2</sup> Sobre a atuação das massas neste período, ver: IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

<sup>3</sup> Sobre o sistema de participação política de massas, numa perspectiva teórica diferente de Weffort, ver: SCHWARTZMAN, S. Democracia representativa em perspectiva. In Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro, Campus, 1982. p.115/47.

(...) sem questionar as instituições, os procedimentos e as formas de legitimação que lhes são inerentes. A democracia 'real' que muitos invocavam era aquela onde o povo se identifica com a nação: o tema democrático estava subordinado ao tema nacional." (PÉCAUT, 1990, p.99)

No final da década de 1950, para fazer frente ao nacionalismo que propagava as reformas de base, setores importantes da classe dominante (industriais, exportadores, proprietários de largas extensões de terras, etc.), manifestaram-se através de organizações como o IBAD (DREIFFUS, 1981) (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o ADEP (Ação Democrática Popular) e se definiam como os propulsores de uma determinada forma de democracia.

Os denominados antinacionalistas (em suas fileiras encontravam-se empresários, militares, intelectuais, etc.) faziam referências constantes à necessidade de se estabelecer uma cruzada democrática para salvar o país. A democracia significava, preponderantemente, a possibilidade de se estabelecer uma relação harmoniosa com outras nações, no campo econômico, por exemplo.

Para Daniel Pécaut, os antinacionalistas faziam uso e abuso da referência democrática, o que explicaria, de certa forma, a moderação dos nacionalistas com relação à mesma. E com isto estes últimos deram à democracia "uma conotação negativa, dado que esta se limitava a designar os procedimentos de representação." (PÉCAUT, 1990, p.103)

Não é possível fazer, no âmbito deste artigo, uma análise aprofundada sobre as diversas correntes de pensamento, na década de 1950 e início da década de 1960, sobre a democracia. Serão destacados apenas alguns de seus traços definidores.

Há, sem dúvidas, elementos esclarecedores nas reflexões e atuações do ISEB,<sup>4</sup> dos marxistas nacionalistas,<sup>5</sup> da esquerda católica,<sup>6</sup> etc. para se

compreender os rumos que tomava a questão democrática naquele momento, mas não é possível, no âmbito deste artigo, dar conta de todas as suas nuances para filtrar como cada corrente pensava a democracia.

Em termos gerais, pode-se dizer que os isebianos "manifestaram a mesma repulsa à democracia liberal que os seus predecessores dos anos 30. Hélio Jaguaribe 'socializante' dos Cadernos de Nosso Tempo via na democracia liberal o regime correspondente ao antigo capitalismo; nos partidos políticos, 'um sistema incapaz de interpretar, orientar ou promover o processo de desenvolvimento econômico do país'". (PÉCAUT, 1990, p.134) Guerreiro Ramos, membro importante do ISEB, em **O problema nacional do Brasil**, (RAMOS, 1960, p.25) deixava evidenciado sua desconfiança no Congresso Nacional, tendo em vista a nossa estrutura partidária que não expressava uma relação integrada com as massas eleitorais. Essa dissociação entre partidos e massas era, para ele, um dos fatos mais graves da política brasileira.

As idéias de povo e de massa tinham nos isebianos uma conotação bastante específica e expressava as suas concepções do processo sócio-político. Para a maioria<sup>7</sup> deles (Alvaro Vieira Pinto, (PINTO, 1959, p.38) por exemplo) a emergência política do povo estava ligada à noção de desenvolvimentismo.

"O desenvolvimento cria, por si só, o 'partido majoritário' (...). Não há ruptura com relação a 1930; o desenvolvimento, nesta versão, não passa da expressão moderna da 'organização'. O próprio componente corporativista comparece ao encontro: a representatividade não pode fundamentar-se nos partidos políticos, só pode fundamentar-se nos

---

CHILCOTE, R. H. Partido comunista brasileiro. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

<sup>6</sup> A respeito da atuação da esquerda católica, dentre vários textos, ver:

FAVERO, O. Cultura popular, educação popular. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

LIMA, H e ARANTE, A. História da ação popular. São Paulo, Alfa-ômega, 1984.

LIMA, L. G. S. de. Evolução política dos católicos e da igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1979.

<sup>7</sup> Há diferenças, nas posições dos inúmeros membros do ISEB com relação a esta e outras questões, mas não é possível precisá-las neste artigo.

---

<sup>4</sup> Sobre o ISEB, ver:

ABREU, A.A.de. Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB. Paris, Universidade René Descartes, 1975.

TOLEDO, C. N. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo, Ática, 1978.

<sup>5</sup> Sobre o debate dos marxistas nacionalistas, ver:

PECAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo, Ática, 1990. p.152 et seq.

grupos de interesses ou, nas palavras de Hélio Jaguaribe,<sup>8</sup> nos 'interesses situacionais' das classes. Um componente corporativista que, embora social e não mais estatal, não deixa de demonstrar desconfiança em relação à política democrática." (PÉCAUT, 1990, p.134-5)

Em linhas gerais, dado que não é possível aprofundar a discussão sobre o ISEB nas suas diferentes fases e vertentes, pode-se dizer que a questão da democracia adquire nas preocupações de seus teóricos um sentido eminentemente elitista. O povo se constituiria em sujeito político através de uma elite esclarecida, a qual estaria, assim, incumbida de realizar o desenvolvimento da nação.

Vários setores organizados, que tinham peso na vida política do país, tanto nacionalistas quanto antinacionalistas, faziam referências à democracia. Obviamente, os próprios nacionalistas e antinacionalistas se dividiam em grupos distintos pela forma de conceber a própria realização da política e de seus sujeitos.

Não é possível discutir, no âmbito deste artigo, os diversos grupos políticos da década de 50 e início da década de 60 e, muito menos, explicitar as suas concepções em torno do processo político assim como mencionar aqueles que consideravam a luta pela democracia importante ou não.

Uma parte significativa de setores ligados à esquerda (CPC, dissidentes do PCB, etc.), mostravam-se muito mais preocupados com a conversão do povo em sujeito da transformação social, que para eles estava em curso, do que com a democracia que era considerada sinônimo de empecilho ao projeto nacional.

O PCB, em 1958, elaborou um manifesto afirmando que "o aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da constituição, dev(ia) e pod(ia) ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extra-parlamentar." (PCB, 1980, p. 80) Era detectável uma enorme imprecisão do que o PCB entendia por reformas democráticas. Estas eram concebidas

como "mudanças nas estruturas econômicas e políticas". Mas sem especificá-las, afirma Daniel Pécaut. No início da década de 60, tanto dissidentes do Partido Comunista quanto outros grupos de esquerda mostravam-se céticos com relação à democracia. Esta era identificada, por eles, não apenas com o liberalismo, mas também com a oligarquia.

"Quando a democracia não era pura e simplesmente identificada com o liberalismo oligárquico, desagregação social e individualismo nocivo, em resumo, com tudo que criasse obstáculos à construção nacional, era identificada com a supremacia das elites tradicionais, com a deformação da representação nacional ou com o imobilismo. Embora alguns membros da Esquerda Democrática se esforcem, após 1945, em fazer prevalecer outra imagem da democracia, são rapidamente marginalizados pelos grandes contingentes de intelectuais que depois se prontificaram a recolher a herança getulista e a promover o povo ao nível de sujeito da Nação. Conforme sua visão da vida política, a posição que os intelectuais se conferem não os incita a manifestar um zelo excessivo quanto aos procedimentos democráticos." (PÉCAUT, 1990, p.192)

No final da década de 50 e início da década de 60, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Conselho Superior das classes produtoras (CONCLAP), órgãos de representação política dos interesses empresariais, vão desenvolver e divulgar a necessidade de moderação nas reformas político-econômicas em nome de uma responsabilidade democrática. (IPES, 1962) O IPES se definia como uma organização acima dos interesses partidários e/ou de classes, cujo objetivo era contribuir para a "educação cultural, moral e cívica dos indivíduos" no sentido de contribuir para o "progresso econômico, o bem-estar social e o fortalecimento do regime democrático do Brasil". (DREIFFUS, 1981, p.162)

O IPES e o IBAD se definiam como institutos preocupados com a democracia, mas atuavam de forma absolutamente não-democrática. As suas operações para manipular opiniões, a sua performance no Congresso, etc, visando minar as possibilidades de reformas e de atuação da esquerda trabalhista não condiziam em nada com o fortalecimento da democracia por eles apregoado.

<sup>8</sup> A análise aprofundada das posições de Hélio Jaguaribe sobre o plano político, o povo, as massas, etc, leva à necessidade de apreender as suas diferenças de Álvaro Vieira Pinto, por exemplo. Ver:

JAGUARIBE, H. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

PINTO, A. V. Ideologia e desenvolvimento nacional Rio de Janeiro, ISEB, 1959.

Nessas condições é possível afirmar que a democracia adquiria para os setores dominantes que se amparavam na liderança do IPES/IBAD, uma feição de combate aos comunistas. Ou seja, ser democrata era lutar contra todas as possibilidades de reformas de base, todas as organizações sindicais e trabalhistas de esquerda e todas as convicções não-cristãs que, para eles, só serviam para tornar desacreditada a empresa privada.

Uma parte significativa dos setores médios (técnicos e militares) e empresariais que se uniram em torno do IPES/IBAD, por exemplo, deram substância a uma concepção de democracia que ganhou fôlego, principalmente no interior do grupo de poder, na década de 60 adentro, fundada no princípio de desarticulação e/ou de eliminação, através de inúmeros instrumentos, das forças sociais opostas.

Enquanto órgão de educação cultural e moral, o IPES, através de seu Grupo de Opinião Pública, incumbia-se de divulgar uma denominada, por seus membros, literatura democrática para fazer frente à literatura marxista que, segundo eles, enchiam as livrarias. Dreifuss afirma que uma das linhas de ação deste Instituto, a qual visava a publicação de livros que se situassem numa linha democrática moderna, "equiparava democracia e empresa privada". (DREIFFUS, 1981, p.195)

O complexo IPES/IBAD mostrava-se, nos primeiros anos da década de 60, empenhado em difundir valores culturais e morais<sup>9</sup> através de livros, panfletos, revistas, televisão, dentre outros meios, no sentido de fortalecer a convicção de todos os brasileiros das vantagens do chamado, por eles, neocapitalismo liberal. Dentre os objetivos do grupo de formação de opinião pública do IPES, ganhava destaque a constante insistência em equalizar a democracia ao neocapitalismo liberal que deveria ser implantado "em cada empresa e na totalidade do sistema".<sup>10</sup>

A grosso modo, pode-se afirmar que a questão da democracia, nos anos subseqüentes, ou seja, nos últimos anos da década de 60, encontrava-se

estranhamente colocada. Por um lado, o regime militar e seu grupo de poder insistiam em que suas medidas ditatoriais eram a expressão da verdadeira democracia que convinha ao país. Por outro, parte da esquerda mostrava-se empenhada numa transformação revolucionária<sup>11</sup> e não via com bons olhos qualquer menção à palavra democracia.

### 3- O debate nas ciências sociais sobre a democracia entre 1973 e 1984.

A partir de 1973, a questão da democracia passa a conquistar terreno. Neste item, buscar-se-á demonstrar que a democracia "torna-se a palavra-chave do discurso intelectual. Uma palavra que demonstra não só a hostilidade ao regime mas também a descoberta de uma 'idéia nova': a de que a democracia é, ao mesmo tempo, um modo de instituição do campo político e um modo de reconhecimento do social com suas divisões." (PÉCAUT, 1990, p.193)

O problema do significado da democracia no Brasil, bem como suas peculiaridades e/ou possibilidades, foram sempre objeto de uma ampla discussão no transcorrer de nossa história. Após ter trabalhado algumas posições acerca da democracia até início da década de 60, serão apresentadas, neste item, algumas interpretações sobre a democracia no debate travado pelas ciências sociais a partir de 1973.

Não há dúvida de que, nos anos 70 e 80, a questão da democracia no Brasil ganhou fôlego. O processo de distensão política abriu uma nova era nas investigações e análises sobre esta questão. Floresceram debates de toda natureza e dentro das mais diversas perspectivas teórico-analíticas.

Em **Os Intelectuais e a política no Brasil**, Daniel Pécaut aponta certos elementos que servem para clarear os caminhos percorridos pelas análises da realidade brasileira nos anos 70. Afirma ele que alguns intelectuais tinham como preocupação

<sup>9</sup> Sobre a distribuição de livros pelo IPES/IBAD, Dreifuss afirma que em 1963 foram 182.144.

DREIFFUSS, R. A A conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981. p.210.

<sup>10</sup> Esta questão era ressaltada em: IPES. Plano de Ação do ano de 1962. In DREIFFUSS, op. cit, p.184.

<sup>11</sup> Sobre esta questão, ver:

WEFFORT, F. Por que democracia? In. STEPAN, A. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p.485

básica a preservação do espaço da política (Weffort, F.H.Cardoso, dentre outros) e outros, centravam-se na problemática da acumulação de capital de tal forma que a política era pensada apenas como um mecanismo de acumulação (F.de Oliveira, L.Kowarick, P.Singer, etc.).

Em **A revolução Burguesa no Brasil**, de 1975, Florestan Fernandes mostra que a democracia burguesa era uma forma de confirmar a ordem existente, e portanto, nas condições brasileiras de dominação imperialista, a democracia burguesa só poderia ser a ratificação de um processo de exclusão econômico e político. A crítica à democracia burguesa que tomava feição no Brasil, no final da década de 70 e início da década de 80, foi contundente em artigos escritos por F.Fernandes. Sua preocupação era mostrar a transição democrática como uma forma de adaptação da ditadura e da classe burguesa às novas condições históricas.<sup>12</sup>

Destaque-se que em **Que Tipo de República?** ficava evidenciado que Florestan Fernandes não estava questionando a democracia em geral, mas sim especificamente a transição democrática que aqui se estabelecia de forma tutelar e/ou de cima para baixo. Para ele, “a construção de uma sociedade civil civilizada e de um Estado democrático (...) é um processo que não ‘vem de cima’, irrompe de ‘baixo’, descobrindo a verdadeira face do Brasil novo, que nega e ultrapassa os limites da ‘abertura política’.” (FERNANDES, 1986, p.154) A luta política, afirmava ele, precisava desprender-se da órbita burguesa. Livrar-se da pressão conservadora bem como de sua concepção de democracia. Desta forma, ficava evidenciado que a sua preocupação era resgatar uma outra idéia de democracia, a qual tinha que representar, impreterivelmente, os interesses das classes populares.

“Luta-se politicamente para que a massa pobre e trabalhadora adquira músculos, meios próprios de atacar e defender-se, consciência social de classe e da importância da democracia para a auto-emancipação dos trabalhadores, a liberação nacional e a construção de um novo tipo de sociedade civil e de Estado”.(FERNANDES, 1986, p.155) A luta pela democracia era, para Florestan

Fernandes, fundamental desde que se redefinisse a forma política de democracia, ou seja, o povo tinha que encontrar espaço no cenário político. Desta forma, ele fazia uma crítica feroz ao estabelecimento de uma democracia eleitoral e representativa (FERNANDES, 1986, p.158) dos mais iguais e dos privilegiados.

Não é possível dar conta, no âmbito deste artigo, da riqueza das discussões de Florestan Fernandes sobre a questão da democracia no Brasil, a partir dos anos 70. É necessário apresentar, também, outras posições que se inseriram de maneira contundente no debate que se desenvolvia nas ciências sociais naquele momento.

Os artigos de Fernando Henrique Cardoso, escritos na década de 70, ao preservarem o espaço da política, não tomavam o Estado como um bloco monolítico (as discussões sobre os anéis) (CARDOSO, 1975 e 1977), e portanto, criticavam as noções que pensavam o Estado apenas como uma engrenagem no processo de produção de capital. No artigo **O modelo político brasileiro**, de 1971(CARDOSO, 1993), há uma preocupação em combater as visões lineares sobre a economia e a política.

Em **Autoritarismo e democratização**, bem como em artigos publicados na primeira metade da década de 1970, Cardoso insistia na possibilidade de se desenvolver uma estratégia de democratização, mas para isso era preciso romper com “uma concepção puramente instrumental da liberdade e da democracia, que em diversas ocasiões traduziu-se em convergência imediata com o autoritarismo”. (CARDOSO, 1974, p.4) Neste mesmo artigo, o autor afirma que “o grande problema não é o da democracia em si mesma. Se fosse apenas isto, o problema já estaria muito provavelmente resolvido. O grande problema é o que poderia significar hoje a democracia do ponto de vista econômico e do ponto de vista social”. (CARDOSO, 1974, p.4)

Nos anos 70, o debate sobre democracia contava, também, com as posições de Wanderley Guilherme dos Santos, Francisco Weffort, Bolívar Lamounier, dentre outros. É possível afirmar que num primeiro momento, ou seja, até 1976, a preocupação básica era com o ritmo, possibilidades de avanços e recuos, etc, do processo de descompressão.

Wanderley Guilherme dos Santos, em **Uma estratégia para a descompressão** (SANTOS,

<sup>12</sup> Conforme artigos em:

FERNANDES, F. Que tipo de república? São Paulo, Brasiliense, 1986.

1973) e Poder e política - crônica do autoritarismo brasileiro, (SANTOS, 1978) marcou sua posição no debate sobre a construção de um processo de descompressão a partir de uma política incrementalista. Sua preocupação principal era com a forma de condução que os proponentes da descompressão iriam adotar.

A institucionalização da estabilidade política se daria através de um processo de mudanças seguras e controladas. Nessas condições, as pressões seriam graduais e os desafios se colocariam dentro de uma margem específica, evitando-se que os abusos comprometessem a construção de uma política estável no processo de descompressão.

Para Wanderley G. dos Santos, era preciso estabelecer uma hierarquia de prioridades, no topo da qual estariam aquelas medidas que evitassem uma coação generalizada ao sistema de poder vigente, garantindo-se, então, que num primeiro momento ocorreria uma descompressão no interior do mesmo e, somente depois, englobaria o que ele chamava de "vontades políticas" como, por exemplo, a organização partidária. Este processo era denominado, por ele, democratizante

A estabilidade institucional criaria as condições para a democracia, segundo W.G. dos Santos. Análises desta natureza criaram uma polêmica acerca da possibilidade de democratização sem uma prática democrática. Surgiram críticas que se referiam, inclusive, à possibilidade de considerar a liberalização, nos termos colocados por W.G. dos Santos, como democratização. (CHAUÍ, 1989, p.224) Francisco Weffort argumenta que os anos 70 colocaram na ordem do dia as discussões sobre as perspectivas de mudança e de conservação, daí a importância deste momento. (WEFFORT, 1989, p.84) A questão básica seria, diz Weffort, entender se o processo de conquista da democracia pós-74 estaria ou não transformando a democracia num valor geral. (WEFFORT, 1988, p.499)

Weffort, no último artigo citado, questionava se estávamos mesmo caminhando para a democracia, à medida que a transição estava se limitando às elites. "Nós todos acreditamos que caminhamos para a democracia por várias razões. Uma delas, porém, é fundamental. É a razão da vontade: é para lá mesmo que nós queremos caminhar." (WEFFORT, 1988, p.502) No entanto, Weffort afirmava que a palavra democracia estava sendo usada em tantos sentidos, que cabia

questionar se ela tinha de fato algum sentido. "O governo Geisel, por exemplo, pretendeu caracterizar seu período de governo falando de uma 'democracia relativa'. Pretenderia o criador da 'política de distensão' apenas repetir um truísmo? Pois não é apenas um truísmo dizer que a democracia - como qualquer forma de regime político e, aliás, como tudo o mais na vida - é relativa às circunstâncias históricas de um país e de uma época?" (WEFFORT, 1988, p.499)

A democracia passou a ser amplamente problematizada, não apenas com relação ao seu sentido e/ou significado, mas também em relação às medidas políticas e às ações dos diversos grupos sociais, bem como aos seus papéis na construção do processo democratizante. Nos anos 70, as análises acerca do comportamento eleitoral de Bolívar Lamounier, dos partidos e da representação política de F.H. Cardoso, dentre outros, traziam para o centro das discussões as questões atinentes ao processo de mudança que lentamente emergia na sociedade brasileira no período denominado de distensão política.

O artigo **Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente**, de 1974, escrito por Bolívar Lamounier, trazia elementos significativos para o debate sobre o processo político brasileiro naquele momento. Assistia-se, através de artigos desta natureza, à sedimentação de uma concepção que ressaltava o espaço institucional como fundamentalmente importante no processo de transição para a democracia.

"É evidente que o governo Geisel introduziu importantes alterações no processo político brasileiro. Embora o processo de distensão, além de gradual, esteja sujeito a idas e vindas, pelo menos se deu início a uma etapa em que o desenvolvimento das instituições políticas deixa de ser tabu e passa a figurar entre as prioridades." (LAMOUNIER, 1978, p.43)

Daniel Pécaut afirma que nos debates do início da década de 70 tratava-se "só de democracia 'substancial', 'participativa', não separando direitos sociais e políticos. Comentando as eleições de 1974, Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier (CARDOSO e LAMOUNIER, 1978) são os primeiros a reconhecer que elas continuam a demonstrar que a fragilidade do sistema representativo (...) deixa no eleitor o gosto amargo de uma democracia 'possível', mas não 'substancial'". (PÉCAUT, 1990, p.302)

Fluíram inúmeras discussões acerca da democracia até o final da década de 1970. Dentre as perspectivas que tomaram corpo, a igualdade política passa a ser tomada quase que unanimemente como o pré-requisito básico para que exista democracia. As formas de democracia propostas (MOISÉS, 1975) geram um amplo debate que se estende até o final dos anos 70, ganhando fôlego com os artigos de Fernando H. Cardoso, publicados com o título **Democracia para mudar**, de 1978, (CARDOSO, 1978) e o de Carlos Nelson Coutinho, **A democracia como valor universal**, de 1979. (COUTINHO, 1980)

**Democracia para mudar**, de F.H. Cardoso, ganhou um espaço considerável na polêmica daquele momento, principalmente, pela discussão em torno da questão do consenso. Para ele, quem busca o consenso é o regime autoritário e não a democracia, ou seja, “a democracia é o reconhecimento da legitimidade do conflito, a busca da negociação e a procura de acordo, sempre provisório, em função da correlação de forças”. (CARDOSO, 1978, p.22)

Esta afirmação gerou uma ampla polêmica entre os cientistas sociais.<sup>13</sup> C.N.Coutinho discute criticamente esta questão na obra **A Democracia Como Valor Universal**. Para Coutinho, “a negação do valor do consenso é conseqüência necessária da negação da hegemonia; (...) para o pensamento liberal (assimilado pela social-democracia contemporânea), democracia é sinônimo de pluralismo - de reconhecimento da legitimidade do conflito - enquanto a busca de consenso (ou de hegemonia) seria sinônimo de totalitarismo”. (COUTINHO, 1980, p.47) O estabelecimento da democracia de massas exigia, para ele, a construção da hegemonia, a qual só seria alcançada “através do consenso majoritário das correntes políticas e das classes e camadas sociais”. (COUTINHO, 1980, p.47)

Carlos Nelson Coutinho, no artigo **A democracia como valor universal**, sem entrar aqui nos detalhes de sua orientação teórica que obscurecia o desprezo de Lênin pela democracia, destacava a necessidade de que todas as forças

sociais (principalmente as populares) lutassem para subverter a tendência elitista e prussiana da política brasileira, o que traria resultado no sentido de vencer a debilidade histórica da democracia no Brasil.

Mas a debilidade histórica da democracia no Brasil não seria vencida por obra de um único partido, ou de uma elite. Portanto, o aprofundamento da democracia política passava, segundo Coutinho, pela incorporação das massas no processo político; o que se constituiria nas bases para uma transformação da sociedade brasileira.

### 3.1.- Algumas interpretações sobre a relação democracia e movimentos sociais.

Com a emergência dos movimentos populares na década de 70, surgiram inúmeras reflexões tanto no final desta década como no início dos anos 80, sobre o surgimento dos novos sujeitos na cena política e a criação das condições para o exercício da democracia. Eder Sader, em **Quando os novos personagens entraram em cena**, faz uma análise nesse sentido.

As mudanças políticas ocorridas naquele momento, no sentido da democratização, não poderiam, então, ser pensadas como resultado da atuação de um partido ou de uma elite dirigente. A igreja, o sindicato, os movimentos populares, a fábrica, etc. seriam, também, agentes da democratização em curso.

O processo de alargamento do espaço da política pelos movimentos populares é, para Eder Sader, a invenção de novas formas políticas com a emergência de novos atores e novos cenários. A luta na fábrica, no sindicato, bem como de outros movimentos populares tornava, então, possível este processo.

Inúmeras análises sobre o período vão demonstrar que os movimentos sociais ultrapassavam o contexto em que atuavam, abrindo um novo espaço para a atuação política destes setores. Os artigos de José A. Moisés, Luiz Gonzaga de Souza Lima, Tilman Evers e Luís Maira, publicados no livro **Alternativas populares da democracia**, (MOISÉS, 1982) trabalharam neste sentido.

<sup>13</sup> Sobre este debate, ver principalmente: CARDOSO, F. H. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. CHAUÍ, M. Cultura e democracia. São Paulo, Cortêz, 1989. WOLFE et al. A questão da democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Acredita-se que uma das questões mais discutidas foi o surgimento de um novo espaço para a expressão política dos trabalhadores que se firmavam como novos atores sociais, no processo de reinvenção da democracia. Os artigos e/ou livros de J. Humphrey, P.Sandroni, Eder Sader, A.Maroni, dentre outros,<sup>14</sup> comprovam isto.

A possibilidade de reinvenção da democracia estaria no surgimento de uma nova sociabilidade, à medida que os movimentos populares, diz Eder Sader, politizaram espaços silenciados na esfera privada. (SADER, 1988, p.36) Dentro de diversas perspectivas teórico-políticas, as quais não serão trabalhadas aqui, emergiram análises que tinham como pano de fundo o surgimento de novos sujeitos políticos<sup>15</sup> que lutavam pela firmação da cidadania.<sup>16</sup>

Há uma tendência explícita ou implícita de algumas análises em tomar os movimentos sociais como responsáveis únicos pelas mudanças políticas ocorridas no período de 1973 a 1984, ou seja, o que houve de democratização teria sido obra destes movimentos. Há, também, análises como a de Eder Sader, talvez uma das mais significativas neste sentido, que destacam os movimentos sociais como um dos elementos na transição política.

Esta última perspectiva elabora de forma mais convincente uma análise dos movimentos sociais como um fator básico de reinvenção da democracia naquele momento, ou seja, toma os movimentos ligados às CEBS, por exemplo, não como um simples basismo, mas como produto de uma nova

relação entre católicos e a igreja<sup>17</sup> que se torna capaz de publicizar algumas demandas básicas.

A publicização destas demandas (movimento do custo de vida, clube de mães, movimento por melhorias das condições de saúde, etc.) teriam, assim, trazido grandes conseqüências políticas para o processo de democratização que estava em curso, demonstrando que não havia um simples encaixe dos setores populares ao projeto de abertura democrática do grupo de poder, à medida que eles conseguiam redimensionar sua participação na vida pública. "Difusas aspirações de justiça social e de democracia, presentes na sociedade, foram recolhidas e elaboradas de outro modo pela Aliança Democrática que constituiu a chamada 'Nova República'". (SADER, 1988, p.314)

Lúcio Kowarick e Nabil Bonduki, no artigo Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização, (KOWARICK, 1988, p.135) também trabalham dentro da perspectiva que pensa a impossibilidade de o regime militar tratar as iniquidades sociais através de práticas puramente repressivas a partir da organização de diversos setores populares. A deslegitimação do regime contou, segundo esta perspectiva, com o importante papel desempenhado pelos movimentos populares para concretizá-la. A reinvenção da democracia devia-se, dentre outros aspectos, a essa crescente pressão que vinha do movimento operário e popular e das entidades da sociedade civil como a igreja, a imprensa e outras entidades profissionais e culturais, afirmam os dois últimos autores citados.

Neste breve esboço sobre a questão da democracia no Brasil, no período de 73 a 84, faz-se necessário destacar o artigo de P.Sandroni e E. Sader (SANDRONI e SADER, 1981, p.13) sobre as lutas operárias e as táticas da burguesia no processo de democratização. Para estes últimos, o movimento operário alterava as condições de reorganização política desejada pelo governo; no entanto, a classe dominante não estava paralisada mas lutava para adaptar suas táticas às novas condições que se impunham.

É nessa luta que ocorre a emergência do processo de reinvenção da democracia, com os diversos setores sociais tentando impingir suas marcas. O movimento dos trabalhadores, por

<sup>14</sup> Sobre estas questões, ver:

SANDRONI, P. e SADER, E. Lutas operárias e tática da burguesia: 1979/80. Cadernos Puc, São Paulo, n.7, p. 13-43, Cortez, 1981.

MARONI, A. A estratégia da recusa. São Paulo, Brasiliense, 1982.

ABRAMO, L. W. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In KOWARICK, L. (org). As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 207-245.

<sup>15</sup> Vera da Silva Telles afirma que, mesmo com diferenças de enfoques, os movimentos sociais foram pensados no que se refere à constituição de novos atores sociais e políticos.

TELLES, V. da S. Anos 70: Experiências, práticas e espaços políticos. In KOWARICK, op. cit, p.248.

<sup>16</sup> Sobre isto ver:

MARTINS, H. Igreja e movimento operário no ABC-1954-1975. Tese de doutoramento. USP, 1987.

MOISÉS, J.A. Qual a estratégia do novo sindicalismo. In Alternativas populares da democracia. Petrópolis, Vozes, 1982. p.11-39.

<sup>17</sup> Vide os seguintes textos:

KRISCHKE, P. e MAINWARING, S. (orgs). A igreja nas bases em tempo de transição. São Paulo/Porto Alegre, Cedec, LP&M, 1986.

exemplo, foi conquistando liberdade sindical, ou seja, cidadania,<sup>18</sup> fazendo com que o grupo de poder fosse levado a ampliar o projeto de democratização em curso.

Alguns cientistas sociais, ao analisar o papel das lutas nos bairros e das lutas sindicais, como Silvio Bava e Octávio Ianni, insistiam em que as mesmas desmascararam o processo de redemocratização e a abertura no sentido de evidenciar que os interesses dos trabalhadores não eram contemplados. (BAVA In KOWARICK, 1988, p.300) Silvio Bava afirma que a repressão, em 1980, ao movimento grevista dos metalúrgicos, abre uma época de refluxo dos movimentos de massa. A recessão, o desemprego, a crise econômica, etc, fazem com que os trabalhadores se sintam acuados.

Nessas condições, assinala S.Bava, as forças políticas que sustentavam o regime militar, por força da pressão dos movimentos de massa e da reorganização da sociedade civil, redefinem a forma de democratização sem perder o controle do processo político. E a debilidade do movimento de massa, no início da década de 1980, facilita a veiculação de um pacto social conservador, a efetivação do projeto de transição a partir de um acordo entre a elite, consolidando a transição para uma democracia de corte conservador. (BAVA In KOWARICK, 1988, p.310)

Em **O ABC da classe operária**, Octávio Ianni analisa as lutas dos trabalhadores metalúrgicos no ABC paulista em 1980. Para ele, os trabalhadores deram uma verdadeira lição de democracia.<sup>19</sup> Portanto, essas lutas desmascaravam a ditadura, a farsa da distensão lenta e gradual, a abertura política controlada e a democracia relativa. (IANNI, 1981, p.11)

Ele afirmava ainda que a repressão ao movimento grevista de 1980 desmascarava a

conversa da burguesia sobre a democracia, porque evidenciava seu descompromisso com a mesma. Na realidade, o povo organizado, através de vários movimentos, estava em luta pela construção da democracia popular que era uma proposta alternativa desejada pela maioria da sociedade civil. (IANNI, 1981, p.24) Uma democracia popular não restrita onde o trabalhador tivesse voz e voto e participasse de fato do processo político e do produto do trabalho era o que propunha a classe trabalhadora, observa Ianni.

Nessas condições, esta era a única democracia autêntica, todas as demais propostas de democracia eram uma farsa. Ressalte-se que as diferenças nas interpretações da democracia expressam perspectivas teórico-políticas distintas. Por exemplo, para O. Ianni, a democracia é autêntica à medida que ela se encaminhe para a questão do socialismo.

No entanto, não foi apenas Octávio Ianni que discutiu a possibilidade de que uma democracia popular no Brasil se encaminhasse para a questão do socialismo. A obra organizada por José A. Moisés, intitulada **Alternativas populares da democracia**, assumiu uma perspectiva diferenciada daquela de Ianni, porque considerava inegavelmente importantes as outras alternativas democráticas que fluíam na sociedade brasileira, mas apontava, também, que a era da abertura continha os indícios de alternativas populares de democracia que se colocavam como uma luz na construção de uma sociedade socialista. (MOISÉS, 1982, p.7-8) A última obra citada contém artigos sobre o movimento sindical, o movimento do custo de vida, as comunidades eclesiais de base, dentre outros. A questão central desses textos é pensar a relação cidadania e democracia e, portanto, insiste em discutir esses movimentos como a emergência de novos sujeitos na luta pela democracia no Brasil,<sup>20</sup> à medida que eles significaram a conquista de direitos sociais e políticos.

“A luta pela democracia nos nossos países é uma luta pela subjetivação da sociedade, que passa pela recuperação e ampliação dos espaços políticos”. (BARRAZA In MOISÉS, 1982, p.125) Prosseguiram, pelo menos até meados de 1980, as

<sup>18</sup> Sobre isto, vide os seguintes textos:

ALMEIDA, M.H.Tavares de. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In SORJ, B e ALMEIDA, M. H. T. de (orgs). Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983 p.190-214.

MOISÉS, J. A. Qual é a estratégia do novo sindicalismo. In. Alternativas populares da democracia. Petrópolis, São Paulo, Vozes, Cedec, 1982. p.11/39.

<sup>19</sup> Ruth Cardoso afirma que os movimentos sociais não eram convincentes quanto ao papel democratizador da participação popular que colocaria em xeque o autoritarismo do Estado. CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ e ALMEIDA, op. cit, p.224.

<sup>20</sup> PRZEWORSKI afirma que no Brasil a luta pela democracia só chegou às ruas com a campanha das diretas-já, em 1984. PRZEWORSKI, A. Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia? In **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. p.28.

análises sobre as possibilidades da democracia no Brasil a partir das organizações populares. Estas encontravam-se num período de refluxo e havia uma constante preocupação com a necessidade de revitalizá-las<sup>21</sup> para que ocorresse o processo de aprofundamento da democracia.

### 3.2 - 1980 a 1984 e as diversas interpretações da democracia no Brasil.

As diversas interpretações sobre a democracia no Brasil, no início da década de 80, não deixavam de levar em consideração o papel dos movimentos da sociedade civil. No entanto, nem todas as análises concordavam em que estes possuíam, de fato, autonomia e estabilidade para uma relação suficientemente firme com a democracia.

Em 1981, Fernando Henrique Cardoso afirmava que “as forças sociais contestadoras aceitam a contrapartida da proposta dos dominadores e, de costas para o Estado, montam seu mundo à parte que fará eco, nas conchas acústicas que o regime oferece, das lamentações tópicas que afligem as massas despossuídas.” (CARDOSO, 1981, p.24) No entanto, Cardoso dizia que não considerava possível encaminhar as questões do país em separado da democratização dos interesses populares, uma vez que as questões nacionais não se assentavam “apenas na razão do Estado ou no interesse do empresariado.” (CARDOSO, 1993, p.136)

A questão que se colocava era a necessidade de democratizar a sociedade como um todo e não apenas resolver os problemas institucionais. Mas, observa Cardoso, tínhamos uma sociedade que, nos anos Figueiredo, lutava contra a tortura e a repressão mas, ao mesmo tempo, absorvia a democracia proposta pelo regime e voltava a se desinteressar pelas próprias instituições. (CARDOSO, 1993, p.203)

Nessas condições, a democracia conservadora se institucionalizou através de regras de acesso ao poder sem que delas derive o curto-circuito entre política e reivindicação social, entre política e

mudança econômica de base, afirma F.H.Cardoso. (CARDOSO, 1993, p.209) Retomando a problemática do consenso, da hegemonia e da participação, Fernando Henrique Cardoso afirmava que a “(...)proposta Figueiredo (ou Golbery, ou Portella, ou que adjetivo tenha, porque seu nome é o mesmo) é - que ninguém se iluda - o momento da busca da **hegemonia**. Não a liberal-burguesa, do consenso dos partidos. Mas a oligopólico-autoritária, que se funda no Estado e dá à sociedade a ilusão da participação.” (CARDOSO, 1993, p.210) Nessas condições, era necessário reverter a ilusão de participação, e construir uma crença na igualdade e na participação de fato, a partir dos espaços existentes. Para Fernando H.Cardoso, esta poderia ser uma forma de recusa da democracia conservadora que estava em andamento.

Nesse árduo debate sobre a democracia nos primeiros anos da década de 1980, Francisco Weffort, em **Por que democracia?**, faz uma defesa da democracia participativa,<sup>22</sup> ou seja, a participação dos trabalhadores é que torna possível constituir a verdadeira democracia. “Uma democracia moderna é uma democracia na qual a maioria do povo não seja confinada na condição de cidadãos de segunda classe”.(WEFFORT, 1984, p.130) Estas questões despertaram a polêmica a respeito da denominada democracia social. A construção da democracia exigia ou não a conjugação da liberdade e participação política com a igualdade social,<sup>23</sup> esta era a indagação que atordoava o debate sobre democracia nos primeiros anos da década de 1980.

Em **Dilemas da consolidação da democracia**, (MOISÉS e GUILHON ALBUQUERQUE, 1989) organizado por J.A.Moisés e J.A.G.Albuquerque, há diversos artigos sobre esta questão. Dentre as várias perspectivas, há aquelas que consideram a democracia como um processo essencialmente político e outras<sup>24</sup> que ressaltam a necessidade de

<sup>22</sup> No início dos anos oitenta, até 1985 aproximadamente, há inúmeros posicionamentos sobre a questão da participação no processo de construção da democracia. Ver, por exemplo: CARDOSO, F. H. A democracia necessária. Campinas, Papiрус, 1985.

<sup>23</sup> A coletânea de artigos do livro abaixo contém reflexões importantíssimas sobre esta questão. COVRE, M. L. M.(org). A cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense, 1986.

<sup>24</sup> Sobre a relação democracia política e democracia social, ver:

<sup>21</sup> Sobre isto, ver os artigos publicados em: KRISCHKE e MAINWARING, op. cit.

pensá-la como algo para além do político. A preocupação com a necessidade de articulação da dimensão institucional com a dimensão econômica e social ganhou relevo em diversos escritos e dentre estes pode-se destacar o livro de O'Donnell e Schmitter, **Transições do regime autoritário**, (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988) num plano mais geral. Num plano mais específico tem-se o artigo de Weffort, (WEFFORT, 1989) **Incertezas da transição na América Latina** que defende uma posição similar com relação à necessária articulação do plano político e social na construção da democracia.

José A. Moisés, afirmava em **Dilemas da consolidação da democracia no Brasil** que não há uma relação necessária entre democracia e alguma espécie de distribuição igualitária dos recursos disponíveis na sociedade, ou seja, a democracia não produz por si só a justiça social. (MOISÉS, 1989, p.132)

A questão da democracia social foi também discutida, dentre outros, por M. Chauí em **Cultura e democracia**, (CHAUÍ, 1989, p.185) e como em diversas pressuposições desta natureza há um encaminhamento para a questão do socialismo à medida que a autora insiste na impossibilidade de separar a liberdade da igualdade. No entanto, a autora afirma que um projeto democrático pode ou não ser um projeto de transformação social.

Herbert de Souza, em **Notas sobre a questão atual da democracia no Brasil**, (SOUZA, 1980, p.125) enfatizava a necessidade de se resgatar o conceito de democracia do arsenal da burguesia, o que significava que a democracia não poderia se limitar às questões formais e ou políticas,<sup>25</sup> mas deveria englobar também a dimensão econômica e/ou social. Para ele, a articulação das dimensões política e econômica só seria possível através da

elaboração de um projeto alternativo das classes populares.

Não é possível fazer uma análise de todas as posições acerca da relação e/ou consubstancialidade entre democracia política e democracia social,<sup>26</sup> e convém ressaltar que grande parte das discussões que buscam essa relação<sup>27</sup> trabalham com a indissociabilidade entre democracia e socialismo. (GARCIA, 1986)

Detectava-se, também, nas reflexões sobre a democracia no início dos anos 80, uma preocupação com a sua natureza a partir de transições negociadas. Przeworski argumentava que a democracia que emerge de transições negociadas é econômica e socialmente conservadora, uma vez que as negociações cobram um preço excessivamente alto, o que pode, inclusive, bloquear a democracia à medida que se combinam uma maior ou menor convivência entre políticos e militares. (PRZEWORSKI In MOISÉS e GUILHON ALBUQUERQUE, 1989, p.42-4)

Raymundo Faoro, no artigo **O Estado novo do PMDB**, de 1985, fazia uma análise da continuidade do autoritarismo dentro da transição democrática. (FAORO, 1985) Na realidade, diversos cientistas sociais tinham essa preocupação. Havia, inclusive, quem questionasse a possibilidade de utilizar a noção de transição democrática para o processo político que estava em curso. Era o caso de Luciano Martins (MARTINS In MOISÉS e GUILHON ALBUQUERQUE, 1989, p.225) que afirmava que não se sabia, ao certo, se o resultado da transição seria a democracia.

<sup>26</sup> A. Touraine afirma que é preciso lutar "contra a oposição arbitrária entre uma democracia formal ou burguesa e uma democracia real, social ou popular; mas também contra as limitações excessivas de uma definição puramente institucional da democracia".

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo/Campinas, Trajetória Cultural/Unicamp, 1989. p.494.

<sup>27</sup> Sobre a relação socialismo e democracia na América Latina, ver:

WOLFE, A. O mal-estar do capitalismo: democracia, socialismo e as contradições do capitalismo avançado. In **A questão da democracia**. São Paulo, Cedec, 1980. p.13/51.

SANTOS, T. dos. A viabilidade do capitalismo dependente e a democracia. In **A questão da democracia**. São Paulo, Cedec, 1980. P.53/68.

LACLAU, E. Democracia e luta socialista na América Latina. In **A questão da democracia**. São Paulo, Cedec, 1980. p.127/138.

REIS, F. W. Consolidação democrática e construção do Estado. In **A democracia no Brasil**. São Paulo, Vértice, 1988. p. 13-40.

<sup>25</sup> Geraldo Muller afirma que a luta em prol da democracia como forma de regime político que permite o encaminhamento dos conflitos sociais assume papel de valor básico, que se legitima e se expande à medida que produz efeitos materiais visíveis, palpáveis.

MULLER, G. Sociedade complexa e valores democráticos. In **O complexo agro-industrial modernização agrária**. São Paulo, Hucitec, educ, 1989. p. 133-137.

No mesmo artigo acima citado, Luciano Martins afirmava que era muito difícil a implementação da democracia como seqüela do autoritarismo, e também que resistência ao autoritarismo não queria dizer construção democrática, o que se tornava visível na “desarticulação entre o discurso democrático e a prática da construção democrática”. (MARTINS In MOISÉS e GUILHON ALBUQUERQUE, 1989, p.261) A problemática da mudança em direção à democracia<sup>28</sup> lidava, no início da década de 80, com uma questão absolutamente complexa, além das que já foram mencionadas: o papel dos militares (GOES, 1985) neste processo. Skidmore afirmava que a redemocratização teria êxito quando se conseguisse apoio no interior das Forças Armadas. (SKIDMORE In STEPAN, 1988, p.22)

Também Luciano Martins observava que a “questão militar continua(va) a ser um obstáculo latente ao estabelecimento de um regime democrático duradouro”, (MARTINS In O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p.138) uma vez que não se tinha resolvido, ainda, qual o novo papel dos militares após o regime. Para isto se exigiria, complementa Martins, uma reformulação da doutrina de segurança nacional, o que não parecia estar na pauta daqueles que lutavam pela democratização do país como, por exemplo, alguns partidos. Um dos trabalhos mais elucidativos sobre a necessidade de fortalecer as formas de controle sobre os militares numa democracia é o livro de A.Stepan intitulado **Os militares: da abertura à nova república**. A concepção de democracia dos militares e a implicação desta no processo de transição visava esclarecer, dizia ele, as crescentes dificuldades com que a democratização iria se defrontar se não houvesse uma ressocialização dos militares no sentido da democracia.

A sociedade civil deveria estar ciente de seu papel no controle democrático dos militares e do sistema de informação, afirma Stepan. No entanto, era imperativo que houvesse o “auto-fortalecimento do poder do legislativo em assuntos de segurança nacional”. (STEPAN, 1986, p.105) Para Alfred

<sup>28</sup> Fábio Wanderley Reis afirma que o problema da democracia e da mudança em direção da democracia é que temos que considerá-lo na dimensão estrutural, sócio-psicológico e institucional.

REIS, F.W. Autoritarismo, democracia e teoria. **Dados**, Rio de Janeiro, n.2, v.29, p.257-69, 1986.

Stepan, o fortalecimento da democracia passava pela redefinição do papel dos militares na sociedade brasileira. No entanto, era preciso reconhecer que os militares “são um fator permanente no cálculo de poder”, principalmente na América Latina. A discussão sobre os militares e a democratização ganhou fôlego na Nova República e, tendo em vista a constituinte de 1988, floresceram inúmeras reflexões<sup>29</sup> sobre a função das Forças Armadas numa ordem democrática. Os rumos que tomaram esta e outras questões,<sup>30</sup> de meados da década de 80 até o presente momento merecem, certamente, um outro artigo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. Incertezas nas transições na América Latina. In. MOISÉS, J.A. e GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. Dilemas da consolidação da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.69-116.
- \_\_\_\_\_. Por que democracia? In STEPAN, A. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 p. 483-519.
- \_\_\_\_\_. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FURTADO, C. Brasil: da república oligárquica ao Estado militar. In Brasil: tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 1-23.
- CAMPELLO DE SOUZA, M. do C. A democracia populista (1945/1964): bases e limites. In ROQUIÉ, et al. Como renascem as democracias. São Paulo: Brasiliense, 1985. P.73-103.
- PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990.
- DREIFUSS, R. A. A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- RAMOS, G. O problema nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

<sup>29</sup> Estas reflexões estão em:

DREIFUSS, R. A et.al. As forças armadas no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.

OLIVEIRA, E. R. de et. al. A tutela militar. São Paulo, Vértice, 1987.

<sup>30</sup> O livro A cidadania que não temos retrata o amplo leque de questões que continuaram sendo levantadas, a partir de meados da década de 1980, sobre a reinvenção democrática. COVRE, M.L.M.(org). A cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- PINTO, A. V. Ideologia e desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- PCB: vinte anos de política, 1958-1979 (documentos). São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- IPES. A responsabilidade democrática do empresário. Rio de Janeiro: IPES, 1962.
- FERNANDES, F. Que tipo de república? São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARDOSO, F.H. Estado capitalista e marxismo. Estudos Cebrap, São Paulo, n.21, p.7-31, jul.set.1977.
- \_\_\_\_\_. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. apud Jornal Opinião. São Paulo, p.2, 26 ago.1974.
- \_\_\_\_\_. e LAMOUNIER, B. (orgs). Os partidos e as eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. Democracia para mudar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. Regime político e mudança social. Revista de Cultura e Política. São Paulo, n.3, p.24, jan.1981.
- \_\_\_\_\_. A construção da democracia. São Paulo, Siciliano, 1993.
- SANTOS, W. G. dos. Uma estratégia para a descompressão. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30 set.1973. p.3.
- \_\_\_\_\_. Poder e política - crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense -Universitária, 1978.
- LAMOUNIER, B. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In Os partidos e as eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.43, 1978.
- MOISÉS, J. A. Democracia - da que temos para a que queremos. Jornal Opinião. São Paulo, p.5, 25 mar. 1975.
- \_\_\_\_\_. (org). Alternativas populares da democracia. Petrópolis: Vozes, 1982.
- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. Rio de Janeiro: Salamandra, 1980.
- SADER, E. Quando os novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KOWARICK, L. (org). As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANDRONI, P e SADER, E. Lutas operárias e tática da burguesia: 1979/80. Cadernos PUC, São Paulo, n.7, p. 13-43, Cortez, 1981.
- IANNI, O. O ABC da classe operária. São Paulo, Hucitec, 1980.
- MOISÉS, J. A. e GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (Orgs). Dilemas da consolidação da democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- O'DONNELL, G. e SCHMITTER, P. C. Transições do regime autoritário. São Paulo: Vértice, 1988.
- CHAUÍ, M. Cultura e democracia. São Paulo, Cortez, 1989.
- FAORO, R. O Estado novo do PMDB. Revista Senhor. São Paulo, p.9, Dez. 1985.
- GARCIA, M. A. (org) As esquerdas e a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GOES, W. de. Os militares e a democracia. In Política e estratégia. Campinas, 3(3), p.33, Jul.Set. 1985.
- STEPAN, A. (org). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. Os militares: da abertura à nova república. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- SOUZA, H. J. de. Notas sobre a questão atual da democracia no Brasil. In A questão da democracia. São Paulo, Cedec, 1980. p. 99-125.